

Moradias de negros numa cidade em expansão - São Paulo, década de 1950

Afro-brazilian housing in an expanding city - São Paulo, 1950s

Vivienda de negros en una ciudad en expansión - São Paulo, década de 1950

João Bittar Fiammenghi¹

Orientadora: Profa. Dra. Ana Claudia Castilho Barone (FAU-USP)

Pesquisa de Iniciação Científica desenvolvida entre 2015-2016 com financiamento da FAPESP

Este artigo propõe recuperar dados sobre as condições de moradia dos informantes negros entrevistados pelos sociólogos Florestan Fernandes, Roger Bastide e sua equipe, para a realização da obra “Branços e Negros em São Paulo, ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana”, publicada em 1955. Assim sendo, teve-se o intuito de fazer um mapeamento, e, ao mesmo tempo, qualificar os lugares onde viviam os negros na cidade de São Paulo na década de 1950. Cotejados com uma ampla diversidade de fontes, esses dados oferecem uma compreensão mais consistente dos lugares ocupados por negros no espaço urbano paulistano neste período. Portanto, buscou-se compreender a territorialidade dos negros na cidade de São Paulo inserida num contexto de transformações urbanas e demográficas que tiveram início dos anos 20, ressaltando as mudanças significativas da localização da população negra na cidade dentro deste arco temporal.

Palavras-chave

segregação urbana; raça e espaço urbano; São Paulo na década de 1950

This paper intends to recover the living conditions of black informants interviewed by the sociologists Florestan Fernandes, Roger Bastide and his team, for the book “Branços e Negros em São Paulo, ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana”, published in 1955. Accordingly, the intention was to map, and at the same time, qualify the places where afro-brazilians lived in the city of São Paulo in the 1950s through sources that, in their diversity, offer a more consistent understanding of places occupied by blacks in the urban space of São Paulo during this period. Therefore, it was sought to understand the territoriality of blacks in the city of São Paulo inserted in a context of urban and demographic changes that began in the 1920s, highlighting the significant changes in the location of the black contingent in the city within this temporal arc.

Keywords

urban segregation; race and urban space; São Paulo in the 50's

Este artículo propone recuperar datos sobre las condiciones de vivienda de los informantes negros entrevistados por los sociólogos Florestan Fernandes, Roger Bastide y su equipo, para la realización de la obra “Branços e Negros em São Paulo, ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana”, publicada em 1955. De esta manera, se tuvo como propósito hacer un mapeo, y al mismo tiempo calificar los lugares donde vivían los negros en la ciudad de São Paulo en la década de 1950. Colocando en paralelo una amplia gama de fuentes, estos datos ofrecen una comprensión más consistente de los lugares ocupados por negros en el espacio urbano paulistano durante este período. Por lo tanto, se buscó comprender la territorialidad de los negros en la ciudad de São Paulo insertada en un contexto de transformaciones urbanas y demográficas que comenzaron en los años 20, resaltando los cambios significativos de la ubicación del contingente negro en la ciudad dentro de este arco temporal.

Palabras-clave

segregación urbana; raza y espacio urbano; São Paulo en los años 50

1. Introdução

Após a Segunda Guerra Mundial, em face ao anseio de combate ao racismo, o mundo a volta seus olhos para o Brasil e sua suposta “democracia racial”. A noção de que no Brasil vigia uma democracia racial, já amplamente difundida nacional e internacionalmente, havia sido proposta nos anos de 1930 por Gilberto Freyre. Durante o final da década de 1940 e o início da década de 1950, a pedido da UNESCO e com o seu incentivo, os sociólogos Florestan Fernandes e Roger Bastide realizaram uma série de entrevistas com pessoas negras residentes na capital paulista. Os dados coletados foram utilizados como fonte primária para a elaboração do livro “Branços e Negros em São Paulo, ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana”, publicado em 1955. A ideia de “relações interétnicas marcadas pela ausência de preconceito de cor” começou a ser desconstruída por força da obra de Bastide e Fernandes²,

[...] que não desconheciam a importância da obra de Gilberto Freyre e suas análises sobre o amestiçamento cultural e racial dos brasileiros. Pelo contrário, tanto a ideologia das relações ditas cordiais como a maior aceitação do mestiço, do mulato, formavam parte das acomodações interétnicas que impediam as relações de conflito aberto e jogavam importante papel na ordem escravocrata (e posteriormente também na sociedade de classes). (CARDOSO, 2008, p.12)

Neste artigo, recuperamos os dados extraídos das entrevistas realizadas pelos sociólogos e sua equipe, com o intuito de fazer um mapeamento e ao mesmo tempo qualificar os lugares onde viviam os negros na cidade de São Paulo. Os dados levan-

tados foram cotejados com a literatura já consolidada sobre a temática da territorialidade do negro na cidade de São Paulo, a segregação racial no espaço urbano e a localização na cidade das manifestações culturais dos negros paulistanos.

O recorte temporal em que se inserem os dados, a década de 1950, evidencia um ponto de virada em relação à situação dos negros paulistanos bem como de mudanças urbanas em São Paulo, uma metrópole industrial em rápida expansão. Segundo Fernandes (2008), em meados do século XX, o contingente negro ainda estaria mal integrado à sociedade capitalista-competitiva baseada no trabalho livre. Essa parcela da população, que até então era constituída somente por descendentes de escravos paulistas, aos poucos passa a adquirir um novo perfil: a ela se acrescentam negros migrantes de outros estados. Assim, a partir da década de 1930, com o aumento da vinda de migrantes e diminuição da chegada de novos imigrantes europeus, se dá uma gradativa mudança na população negra na cidade (ANDREWS, 1998). Em decorrência desse processo, as décadas de 1940 e 1950 representam um ponto de inflexão na espacialidade negra paulistana.

A territorialidade dos negros em São Paulo até 1960 pode ser analisada, portanto, em três períodos: o primeiro até 1888, o segundo até 1930 e o terceiro até 1960. Podemos dizer que antes da década de 1930, o contingente negro da cidade se distribuía pelo território em duas formas: primeiramente, até a Abolição, o negro tinha como espaço a casa senhorial, sobrados contíguos no núcleo urbano de São Paulo e os terreiros religiosos e largos de igrejas, onde se jogava tiririca, jongo, batuques e caiapós, largos que durante o dia transformavam-se em mercados. Neste período os quilombos também foram lugares de negros, sendo estes,

urbanos, localizados em cômodos ou casas coletivas no centro das cidades, ou semi-rurais, como o Quilombo do Saracura, que deu origem ao bairro do Bixiga, e o Quilombo do Jabaquara, afastado do núcleo urbanizado de São Paulo (ROLNIK, 2007).

Um segundo momento, durante o grande afluxo de imigrantes europeus, quando estes encontraram um mercado de trabalho receptivo, se delineia da última década do século XIX até a década de 1930 e pode ser definido, nas palavras de Rolnik, por um “zoneamento social”. Os mais ricos abandonam o velho centro da cidade, mudando-se para áreas então periféricas, terras de antigas chácaras (Campos Elísios, Higienópolis e região da Avenida Paulista), que passaram a abrigar palacetes ecléticos. Nesse período, a população negra da cidade se concentrava não só no centro, que deixava de ser local de residência das classes dominantes, como principalmente em regiões contíguas aos novos bairros ocupados pelas elites. Tal ocorrência é diretamente relacionada ao fato de grande parte dos serviços domésticos ainda serem realizados por negros, que passaram a servir aos moradores desses novos bairros (como por exemplo, a Barra Funda servindo o Campos Elísios, a Baixada do Glicério servindo a Liberdade e o Bixiga servindo a região da Avenida Paulista). Os homens normalmente não eram empregados nos serviços domésticos, mas sim em trabalhos pesados, como os negros da Barra Funda, que trabalhavam como carregadores ou ensacadores da São Paulo Railway (SIMSON, 2007).

Por fim, as décadas de 1940 e 1950 caracterizam-se por mudanças na espacialidade do negro em direção a uma nova periferia da cidade, ainda sem nenhuma infraestrutura e mais distantes dos núcleos negros anteriores. Os novos territórios são, por exemplo, Casa Verde, Vila Formosa, Parque Peruche, Cruz das Almas, Bosque da Saúde e Freguesia do Ó. Esse processo pode ser considerado um movimento geral de periferização das classes populares, onde

[...] o antigo padrão do cômodo de aluguel superdenso e da cidade limitada ao percurso do bonde foi gradativamente cedendo lugar à chamada expansão periférica, caracterizada pela abertura de loteamentos e a autoconstrução de bairros distantes da área ocupada da cidade e pelo transporte de ônibus. (ROLNIK, 2007, p.84)

Fazer o mapeamento de lugares de moradia de negros em São Paulo nesse momento de inflexão da espacialidade do negro na cidade, de transformações urbanas e de mudanças fundamentais no

pensamento sobre as relações inter-raciais, evidenciou um movimento dessa população no espaço urbano da cidade de São Paulo. O lugar do negro na cidade mudou ao longo de 40 anos (1920 a 1960) e nos anos de 1950 ainda encontramos tanto territórios negros ditos “tradicionais”, quanto alguns “novos”, mais periféricos. Para complementar e dar suporte às interpretações que situam os negros no contexto das mudanças urbanas gerais, foi fundamental cotejarmos essas interpretações a análises das mudanças demográficas da população negra paulistana.

Este artigo, portanto, procura traçar um método de análise da localização e tipologia de residências negras na cidade de São Paulo, cruzando mais de uma fonte primária, cotejando-as com a bibliografia já consolidada sobre a territorialidade dos negros na cidade. Bibliografia esta que se refere à uma São Paulo anterior ao período em que o afluxo de migrantes brasileiros passa a superar o de imigrantes estrangeiros (final dos anos vinte). Para além dos anos trinta a territorialidade do negro em São Paulo torna-se, ao que parece, cada vez mais complexa. Neste trabalho tivemos a intenção de confrontar fontes que em sua diversidade ajudariam a buscar formas de abrir uma perspectiva para novas interpretações, principalmente dos anos 50, sobre a temática das relações entre raça e espaço urbano na cidade de São Paulo.

Ao recorrermos a fontes diversas para traçar um panorama mais completo da localização dos negros no espaço urbano de São Paulo durante os anos 50 pudemos verificar, a partir de outros pontos de vista, a pertinência da própria pesquisa de Bastide e Fernandes, trazendo hipóteses sobre a espacialidade desses negros nos anos 50. Dessa forma, buscamos outros três tipos de fonte após tabelar e mapear os endereços presentes nas entrevistas de Bastide e Fernandes (ver figura 1 [mapa 1] e figura 2 [tabela 1]). Em um primeiro momento, consultamos dados censitários a respeito da população negra em São Paulo e analisamos textos que traziam à tona o debate sobre as mudanças demográficas e raciais na cidade de São Paulo, como “O elemento negro na população de São Paulo” (1938) de Samuel Harman Lowrie, “A integração do negro na sociedade de classes” (vol. 1, 2008) de Florestan Fernandes e “Negros e Brancos em São Paulo” (1998) de George Reid Andrews.

Somando-se a essas fontes complementares, consultamos entrevistas realizadas pela antropóloga Olga von Simson, depositadas no acervo audiovisual do Museu da Imagem e do Som de São Paulo (MIS-SP). Com esse material recolhido por

Simson, realizamos seu mapeamento a partir do georreferenciamento de endereços e localidades mencionadas nestas entrevistas com personalidades do samba paulistano. Também foi mapeado um conjunto de endereços e lugares de sociabilidade relacionados aos cordões carnavalescos e escolas de samba da cidade na primeira metade do século XX, extraídos do livro “Carnaval em Branco e Negro: carnaval popular paulistano” (1914-1988), resultado da pesquisa da antropóloga (ver figura 4 [mapa 3]).

Além disso buscamos informações acerca dos imóveis situados nos endereços identificados no mapeamento da pesquisa de Bastide e Fernandes, junto à Série Obras Particulares do Arquivo Municipal Washington Luís e junto à Divisão do Arquivo Municipal de Processos (DGPD-2) do Departamento de Gestão de Documentos Públicos (Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão), que contém dados cadastrais sobre as edificações, a propriedade, a construção e o tipo de ocupação dos imóveis, além de sua planta (ver figura 6), explicitando as qualidades e as condições de habitação dos negros entrevistados³.

O contraste e a análise dessas fontes nos ofereceu uma compreensão mais consistente dos lugares ocupados por negros no espaço urbano paulistano da década de 1950. Vale dizer que buscamos realizar, ao mesmo tempo, uma leitura “macro”, panorâmica, e uma leitura “por dentro”, “micro”, dos dados. Tínhamos em mãos os dados censitários, o debate demográfico sobre a população negra paulistana e um panorama das próprias mudanças no espaço urbano de uma São Paulo em constante crescimento (territorial e populacional), juntamente com o estudo da fonte primária, as entrevistas de Bastide e Fernandes, um olhar atento ao endereço do entrevistado (suas condições materiais, de inserção no espaço urbano, de propriedade) e os relatos recolhidos por Simson mapeados especificamente para essa pesquisa. Supomos, portanto, que este artigo possa contribuir ao debate das questões raciais relacionadas ao espaço urbano paulistano dentro de uma perspectiva histórica, principalmente por realizar uma leitura da bibliografia consolidada sobre questões raciais na cidade de São Paulo e sobre as mudanças urbanas até os anos 60 na cidade e relacioná-las às fontes primárias. Acreditamos que, no contexto de “Branco e Negro em São Paulo”, analisar os lugares onde viviam os negros entrevistados para essa obra, e cotejar com mapeamentos das pesquisas de Simson e Lowrie, possa contribuir para o entendimento da temática dos estudos raciais e urbanidade, por exemplo.

2. Mudanças demográficas e no espaço urbano: a localização do negro em São Paulo nos anos 50

É possível dizer que durante os anos de 1950, segundo a figura 1 [mapa 1], há uma concentração negra em determinados bairros, típicos do pós-abolição, conjuntamente com uma reconfiguração negra dessas concentrações ocorrida a partir da década de 1930, correspondendo ao início do processo de expulsão das populações mais pobres da área central para a periferia da cidade. Simson ressalta um dos fatores que pode ter contribuído para essa configuração da população negra no território da cidade de São Paulo, segundo ela acentuado principalmente nos anos que se seguiram ao término da Segunda Guerra Mundial, pois, [...] durante a Guerra [1939-1945], com a escassez e os altos preços dos materiais de construção, haviam se interrompido as construções de novas moradias, principalmente aquelas destinadas ao aluguel para as classes populares [modelo habitacional mais comum até aproximadamente os anos 1960], provocando, ao final da década de 1940 e início da de 1950, uma grande escassez de habitações. Isso implicou uma rápida valorização dos aluguéis, obrigando as famílias mais pobres a deixar os bairros centrais e rumar para a periferia, onde podiam construir moradias em lotes acessíveis ou pagar aluguéis mais baratos (SIMSON, 2007, p.183).

A autora ainda ressalta outro fator que estimulou este movimento populacional: as obras de urbanização, como a abertura da Avenida Nove de Julho e seu túnel em 1938 pelo prefeito Prestes Maia⁴.

Contradizendo essa interpretação, Rolnik (1997) expõe de forma mais consistente esses processos de mudança na urbanização da cidade que influíram na territorialidade dos negros. A autora defende que as políticas públicas foram determinantes nos movimentos das populações pobres em São Paulo, como por exemplo na Lei do Inquilinato de 1942, promulgada quando ainda a maioria da população da cidade vivia em imóveis alugados. A lei, marco nas políticas populistas de Vargas, congelou e controlou o aluguel, “anteriormente deixado a cargo de negociações livres entre senhores e inquilinos”, tornando “desfavorável o investimento em casas de alugar”. Caldeira (2000, p.218) comenta que a Lei do Inquilinato congelou os aluguéis residenciais nos valores de dezembro de 1941, medida que deveria durar por apenas dois anos, mas “foi sucessivamente renovada até 1964,

com apenas alguns pequenos ajustes em resposta à inflação, diminuindo o mercado de aluguéis”. A lei acelerou os despejos, “o que teve como efeito o aparecimento das primeiras favelas em São Paulo e a maior ocupação da periferia”, impulsionando a autoconstrução nos loteamentos abertos durante as duas décadas anteriores (ROLNIK, 1997, p.203).

Ainda sob a ótica de Rolnik (1997), pode-se afirmar que essa expansão horizontal, autoconstruída e descontrolada da cidade, que invadia a zona rural, espalhando-se “vorazmente para o território ao redor, engolindo colinas e vales e conurbando a região urbanizada com as municipalidades vizinhas”⁵, tem suas origens antes das décadas de 1940 (Lei do Inquilinato) e dos anos de 1950 (pesquisa de Fernandes e Bastide, recorte temporal desta pesquisa). Em 1930, segundo a autora, já havia em São Paulo 180 quilômetros quadrados de loteamentos, embora apenas 30% deles estivessem ocupados, demonstrando que de fato a ocupação das extensas franjas da cidade se deu com mais intensidade do segundo pós-guerra até os anos 80. Pode-se afirmar, portanto, que desde a década de 1920 São Paulo foi construída desta maneira espalhada. Flávio Villaça (1978) ressalta o momento em que São Paulo muda sua forma de crescimento ao analisar a expansão horizontal da cidade e seu desadensamento demográfico. Esta “virada” observada entre 1914 e 1930, quando a densidade de habitantes por hectare passa de 110 para 47, é claramente um marco no padrão de urbanização de São Paulo (idem, p.30), o qual se reflete também na territorialização dos negros na cidade. Políticas públicas que tornavam vantajosa a abertura de novos loteamentos por quem detinha a propriedade fundiária e mudanças nos meios de transporte coletivo também desenharam os anos 20 como o início de uma paulatina sequência de mudanças urbanas.

Em 1924, durante essa mudança na densidade demográfica, pode-se observar a estagnação do crescimento do sistema de bondes operado pela São Paulo Tramway Light & Power Co., e os primeiros ônibus começaram a rodar na cidade. Sampaio (1994) ressalta que essa nova forma de transporte coletivo se dinamizou a partir de 1924 a partir, principalmente, da articulação de interesses de proprietários de terras ainda não urbanizadas e empresários da área de transportes, foi fundamental para a construção da periferia paulistana. Primeiramente foram cerca de quarenta veículos, enquanto a Light operava 478 bondes. Porém, dois anos depois já circulavam 150 ônibus por São Paulo (ROLNIK, 1997, p.160). Pois, “preci-

sando de menos infraestrutura e sendo portanto, mais flexíveis, os ônibus passaram a circular por ruas não asfaltadas de bairros distantes do centro da cidade” (CALDEIRA, 2000, p.219). Inverteu-se um modelo de urbanização que dentre outros fatores também conformava e limitava a cidade pelos trajetos das linhas de bonde e das estações de trem. Portanto, “totalmente impulsionado pela iniciativa privada [...] o ônibus permitiu que se estruturassem relações entre subúrbios, estações e bairros que estavam fora do domínio ferroviário ou longe dos trilhos” sendo uma “aventura bastante lucrativa” onde “o proprietário da linha de ônibus foi parceiro imprescindível do loteador no processo de parcelamento do solo paulistano” (SAMPAIO, 1994, p.23). Kowarick e Bonduki expõem outros dados importantes sobre a evolução do transporte coletivo rodoviário: “enquanto em 1948 os deslocamentos por bonde respondiam por 52,2% do total de viagens em transporte público, em 1966 eles haviam caído para 2,4% do total. Ao mesmo tempo, os deslocamentos em ônibus subiram de 43,6% em 1948 para 91,2% em 1966” (KOWARICK e BONDUKI, 1994, p.153).

Coincidindo com o desadensamento demográfico e a expansão horizontal de São Paulo, e fazendo parte desse mesmo processo, a consolidação do ônibus como principal meio de transporte da cidade não estava relacionada com uma política de governo, mas com interesses de particulares conforme demonstrado por Sampaio (1994). O cenário que vigorava era o “*laissez-faire* urbano”, onde “a expansão de São Paulo foi não somente predatória como especulativa, uma vez que se baseou na retenção de terrenos (SAMPAIO, 1994, p.25).

Nesse modelo no qual São Paulo foi construída a partir da década de 1920, a população pobre habita os territórios distantes desprovidos de infraestruturas básicas construindo suas próprias casas⁶. Os números evidenciam como este movimento também se deu rapidamente: “entre 1940 e 1950, cerca de 100 mil famílias, mais de meio milhão de pessoas, passaram a morar em casas próprias nas periferias sem melhorias urbanas, ironicamente chamadas de ‘vilas’ e ‘jardins’” (ROLNIK, 1997, p.205).

Portanto, temos que compreender a territorialidade dos negros na cidade de São Paulo na década de 1950 inserida num contexto de transformações urbanas que tiveram início na década de 1920. Os fatores apresentados acima, que fizeram parte dessas transformações, ao contrário do modelo de urbanização anterior (o qual durou até as duas primeiras décadas do século XX), concentrado e

heterogêneo, podem ser sintetizados segundo Caldeira (2000) como: 1) um modelo disperso e pouco denso; 2) com as classes sociais “vivendo longe uma das outras no espaço da cidade”, os ricos nos bairros centrais, bem-equipados e legalizados nos códigos urbanísticos e os pobres na periferia “precária e quase sempre ilegal”; 3) com a aquisição da casa própria como a forma mais comum de moradia para grande parte dos habitantes, ricos e pobres; 4) um modelo baseado no sistema de transporte por “ônibus para as classes trabalhadoras e automóveis para classes médias e altas”, incentivado por um complexo e enorme sistema viário (ROLNIK, 1997, p.218).

Entretanto, para complementar e dar suporte às interpretações que situam os negros dentro de mudanças urbanas gerais, é fundamental cotejarmos essas leituras a análises das mudanças demográficas da população negra paulistana. Primeiramente, com os dados obtidos ao analisar o número de pessoas não naturais de São Paulo que residem neste estado, separadas por Unidades da Federação de nascimento segundo os censos de 1950, 1960, 1970 e 2010 realizados pelo IBGE, é possível ter uma noção desse número de migrantes que chegaram no estado de São Paulo em apenas dez anos (1951-1960), cerca de 700.0007. Se compararmos esse montante com os dos anos anteriores, no decênio de 1920-1929 chegaram 225.183 migrantes e no decênio 1930-1939 o número sobe para 435.864⁸, fica nítido o crescimento das migrações para São Paulo. Portanto, afirmar que a cidade passa por uma grande mudança demográfica exatamente quando Bastide e Fernandes realizavam sua pesquisa sobre as relações interraciais em São Paulo é plausível. Ainda mais se lembrarmos que, segundo já dito por outras fontes como Lowrie (1938), Fernandes (2008) e Andrews (1998), a porcentagem negra desse vultoso afluxo de migrantes era maior que na população paulista e paulistana até então. Sendo assim, temos um considerável incremento na porcentagem negra da população de São Paulo, processo que teve início nos fins da década de 1920 e início de 1930.

Ao mesmo tempo que se observa essas mudanças demográficas, constatamos que São Paulo teve seu crescimento transformado de maneira estrutural, impulsionado por esse afluxo de migrantes e por sua afirmação como a grande metrópole industrial do país. Assim, a cidade descrita por Richard Morse em 1948⁹, que se expandia “num surto de indisciplina energia [onde] residências e indústrias espalham-se num uso pródigo do espaço, que deixa inesperadamente áreas inapro-

veitadas, [na qual se tem] a impressão visual de que a cidade é construída sobre terra” (MORSE, 1970, p.295), é a arena de tensões sócio espaciais e das relações interraciais estudadas por Bastide e Fernandes em “Branco e Negro em São Paulo”. A década de 1950 encontrava-se exatamente nessa confluência de turbilhões, demográficos e urbanos. O mapeamento realizado a partir do material recolhido por Bastide e Fernandes torna-se, portanto, uma “fotografia” desses agentes em movimento, mais do que nunca tão acelerado como nesses anos de 1950.

A busca por fontes complementares contribuiu para compor outras fotografias, clicadas de outros ângulos, em outros tempos, para clarear a turbidez dos anos de 1950 e frisar que a própria configuração territorial dos negros nesta década era dinâmica e imbricada. As informações apresentadas nessa seção fornecem, portanto, possíveis chaves de leitura acerca das experiências urbanas dos indivíduos entrevistados por Bastide, Fernandes e equipe para “Branco e Negro em São Paulo”, entre negros migrantes e não migrantes, residentes nas áreas mais centrais circunscritas na rede de bondes e residentes nas periferias em expansão, com acesso pelo ônibus.

3. Moradias de negros em um contexto de expansão urbana

Explorar as mudanças no espaço urbano em São Paulo dentro do arco temporal que se estende da década de 1910 até o início dos anos 60 é relevante para compreendermos a década de 1950 e suas características. Sendo assim, de um lado buscamos expor os padrões de urbanização da cidade de São Paulo, tendo em vista analisar o lugar das camadas populares nessas transformações, frisando também o fato dos afro-brasileiros fazerem parte desta população¹⁰ sucessivamente deslocada em sua própria cidade, dos anos 20 em diante. Por outro lado, para uma melhor aproximação aos anos de 1950, devemos cotejar as transformações da territorialidade urbana desse período com os dados censitários e de pesquisa de campo apontados pelas fontes consultadas.

O olhar urbano-histórico mostra que as mudanças de territorialidade dos negros na São Paulo da década de 1950 foi também sofrida pelas classes trabalhadoras em geral. Entretanto, ao almejar encaixar a questão das relações raciais no processo de urbanização neste contexto mais amplo, devemos fazê-lo com cuidado suficiente para não cairmos na afirmação genérica de que o território

do negro vai tornando-se turvo e transforma-se no território do pobre em geral. Este trabalho pretendeu flagrar exatamente o oposto: até que ponto conflitos interraciais interferem e modificam a condição da constituição da cidade? Em que medida, além das questões tradicionais de luta de classe, a questão racial também é uma categoria central da constituição da cidade e foi até hoje pouco explorada pela bibliografia consolidada, sobretudo a que se refere ao problema da construção da cidade, da territorialidade e do processo de urbanização? A supressão do debate racial no território comumente engolido pelo termo “pobreza”, retira qualquer conflito racial da formação da cidade de São Paulo. Entretanto, acreditamos ser possível qualificar o termo “pobreza”. Uma parte dessa população pobre era constituída por negros, os quais sofreram discriminação racial e preconceitos. Em termos de sua localização no espaço urbano e dos imóveis ocupados por estes entrevistados (sua forma de ocupação), pode-se traçar e qualificar a territorialidade dos negros no espaço urbano na São Paulo dos anos de 1950.

O mapeamento dos negros entrevistados para a pesquisa de Florestan Fernandes e Roger Bastide (1949-1955), resultou em 31 pontos espalhados na carta base (ver figura 1 [mapa 1]) e em 4 mapas detalhados onde foi sobreposta a carta topográfica do município (ver figura 5. [mapas 1.1; 1.2; 1.3; 1.4]). Podemos descrevê-los como um mapeamento pontual no tempo, se o comparamos com o que foi realizado para o acervo de Simson: 26 pontos na carta base, cobrindo um arco temporal de 1914 ao início dos anos de 1950 (ver figura 4 [mapa 3]).

O mapa 1.2 (figura 5), detalhamento do mapa 1 (figura 1), configura a região do espigão da Rua Cerro Corá (Zona Oeste da cidade), onde estão localizados três endereços entre os bairros de Pompéia, Vila Anglo-Brasileira, Vila Ipojuca e Alto da Lapa. Pode-se verificar que estes pontos marcados no mapa se situam onde a topografia é muito íngreme e acidentada, na face norte do espigão, tradicionalmente ocupada por bairros populares.

Da mesma forma, no mapa 1.1 (figura 5), detalhe do mapa 1 (figura 1), focalizado na região da Bela Vista (Bixiga, região central), localizam-se três endereços (dois estão no mesmo lote). O bairro também é citado de maneira genérica na tabela 1 (figura 2). Tradicionalmente um bairro de negros desde o fim do século XIX, o Bixiga ainda se configura como uma região significativa para a população negra paulistana durante a década de 1950, conforme o resultado da análise da fonte primária. É importante frisar que a topografia é acidentada

da região, na encosta do espigão da Avenida Paulista, sulcada abruptamente pelo vale da Avenida Nove de Julho. A Bela Vista segundo Simson (2007), no início do século XX era ainda uma região semi-rural, com chácaras, mesmo sendo muito próxima do centro. Tal fato se deu por conta das configurações geográficas adversas da região.

O mapa 1.3 (figura 5) detalha a região da várzea oeste do Rio Tietê, já retificada no início dos anos de 1950. Três endereços demarcados nesse mapa remontam a regiões negras de São Paulo já mencionadas, Casa Verde, Freguesia do Ó e Barra Funda (Zona Norte da cidade). Observando os endereços demarcados na Casa Verde (quase no Limão) e na Freguesia do Ó, pode-se reparar que ambos estão no fim da parte urbanizada destes núcleos além-rio, voltados para os campos da várzea.

O mapa 1.4 (figura 5) detalha a região da Vila Prudente (Zona Leste da cidade) e do Ipiranga (Zona Sul), na várzea de uma parte ainda não retificada do Rio Tamanduateí. Os loteamentos ao redor dos dois endereços demarcados são bairros operários ligados ao polo industrial da várzea do Tamanduateí com sua estrada de ferro. Entretanto, nota-se que os dois endereços se encontram na “borda” desta área urbanizada, na fronteira com o que no mapa não é cidade, nas ruas que dão para os charcos do rio.

Estes mapas evidenciam duas ordens diferentes de localizações: pontos que circundam a região central (os ditos “territórios tradicionais” dos negros em São Paulo: Barra Funda, Bela Vista, Glicério), e pontos que desenham uma “periferia” em todas as direções. Na figura 1 [mapa 1] não se pode dizer com certeza sobre as temporalidades dos pontos marcados, ou seja, se esta “periferia”, os pontos na região da Rua Cerro Corá (ver figura 5 [mapa 1.2]) ou entre o Ipiranga e a Vila Prudente (figura 5 [mapa 1.4]), por exemplo, são locais novos para a época na territorialidade do negro na cidade de São Paulo. Entretanto, na figura 3 [mapa 3] os tempos de cada ponto estão claros, tornando evidente que todos os pontos “tradicionais” são anteriores à década de 1940, algumas vezes estabelecidos até antes da década de 1920, referentes aos cordões Camisa Verde na Barra Funda, Vai-Vai na Bela Vista, e Baianas Teimosas, Paulistano da Glória, Escola de Samba Lavapés na região da Baixada do Glicério. Nota-se que ao Leste, depois da Penha, na altura da Vila Matilde e Vila Esperança, encontram-se pontos referentes à escola de samba Seu Nenê da Vila Matilde, fundada em 1948.

No mapa elaborado na pesquisa de Lowrie, de 1938, figura 3 [mapa 2], já podemos ver essa ten-

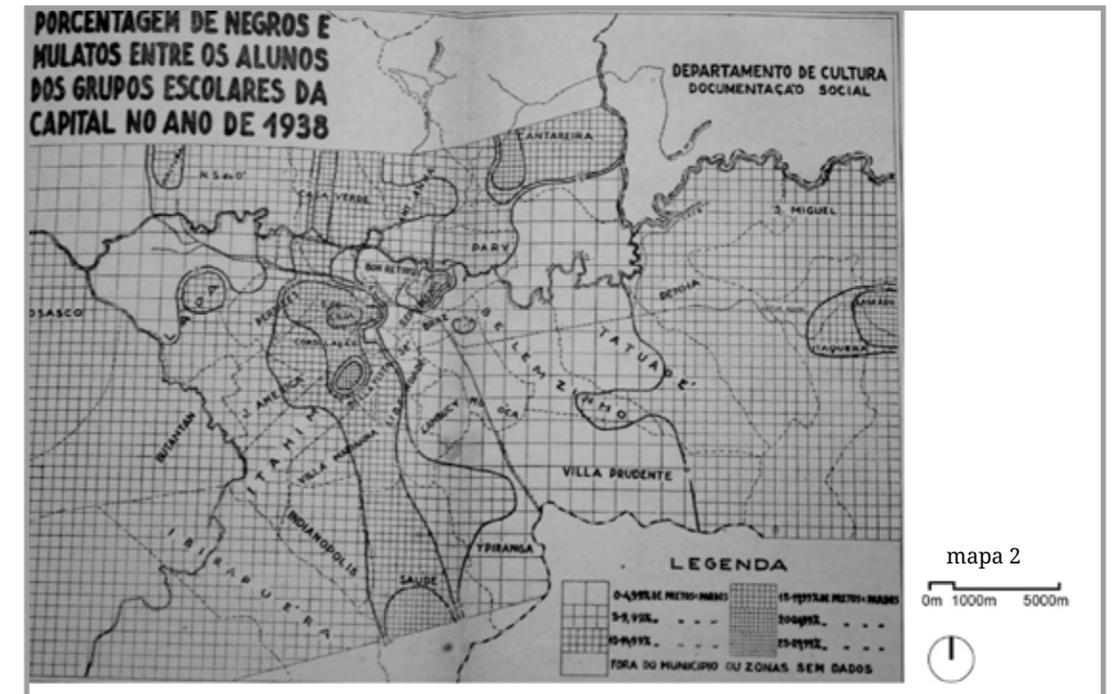
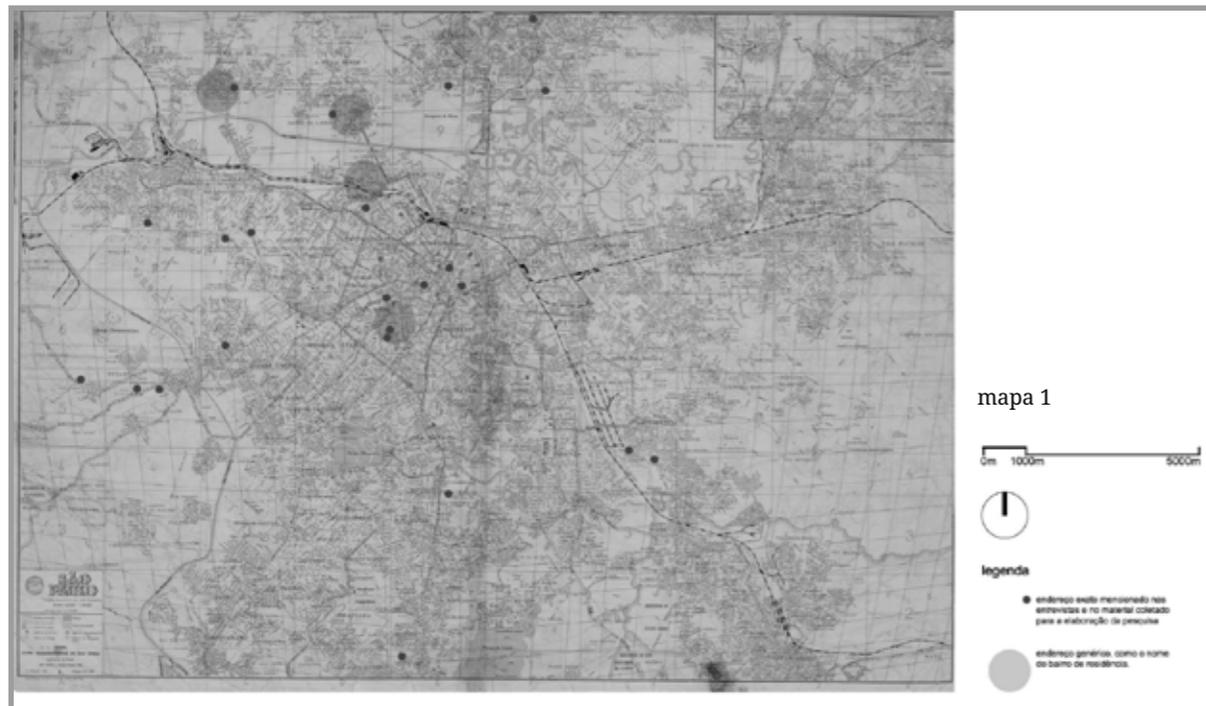


tabela 1. informações dos negros entrevistados por Fernandes e Bastide e seus endereços de residência

nome	cor	idade (anos)	profissão	naturalidade	local de residência	arquivo e pg.
Dna. Nilza Vasconcelos	mulata	—	—	MG	Sto. André	a.2 p. 290
CMS	negro	40	escriturário	SP (capital)	Bixiga	a.2 p. 48
rapaz	mulato	18	estudante	SP (capital)	Campo Belo	a.2 p. 344
nº 10	mulato	69	pintor	SP (capital)	Barra Funda	a.2 p. 387
nº 11	negra	45	docente	SP (capital)	Freguesia do Ó	a.2 p. 389
caso 1 Lázaro Barbosa	negro	28	pedreiro	GO	R. Frei Caneca, 63	a.5 p. 79
caso 2	negro	20	pintor	MG	R. Cardes Arcovede, 2004	a.5 p. 87
caso 3	negro	48	pedreiro	SP (interior)	R. Gonçalves Júnior, 11	a.5 p. 95
caso 4	negro	52	contador	SP (capital)	R. Afonso Celso, 1324 (Vila Mariana)	a.5 p. 105
caso 5	negro	62	montador	MG	Estrada Parada (nome legível), 622	a.5 p. 119
caso 6	negro	30	operário	PE	R. Nova, 157 (Quinta da Pantera)	a.5 p. 131
caso 7	negro	28	cozinheiro	SP (interior)	R. Irmãos Pila, 10A (Tucuruvi)	a.5 p. 135
caso 8	negro	41	médico e professor	SP (interior)	R. Coari, 101 (Vila Pompéia)	a.5 p. 139
caso 9	negro	25	funcionário público	SP (interior)	R. Rocha, 388 (Bela Vista)	a.5 p. 149
A	negro	—	operário gráfico	—	Casa Verde	a.6 p. 473
B	negro	—	—	—	Casa Verde	a.6 p. 475
Agripino	—	—	lutador da coletividade afro-brasileira MABEC	—	R. São Bento, 405	a.10 p. 92
Marcelo	—	—	idem	—	R. Formosa, 433	a.10 p. 92
Jorge	—	—	idem	—	R. Rocha, 388 (Bela Vista)	a.10 p. 92
José Francisco	—	—	idem	—	R. Afonso Bovero, 1068 (Sumaré)	a.10 p. 92
Candido	—	—	idem	—	Estrada de R. 3028 (Vila São Luiz)	a.10 p. 92
Maria José	—	—	idem	—	R. Brigadeiro Gavilão, 290	a.10 p. 92
Santos	—	—	idem	—	R. Venâncio Braz, 79	a.10 p. 92
Eduardo	—	—	idem	—	R. Dr. Cezar, 806 (Santana)	a.10 p. 92
Amauri	—	—	idem	—	R. Brasga, 54 (Jabaquara)	a.10 p. 92
Edes	—	—	idem	—	R. Mario Whately, 116 (Água Fria)	a.10 p. 92
Borges	—	—	idem	—	R. Dr. Ribeiro de Andrade, 187 (Freguesia do Ó)	a.10 p. 92
Manassés	—	—	idem	—	R. E. 10 (Vila Prajussara)	a.10 p. 92
Oswaldo	—	—	idem	—	R. São Germano, 26 (Butantã)	a.10 p. 92
Haroldo	—	—	idem	—	R. Fetal, 157 (Carandiru)	a.10 p. 92
Ubirajara	—	—	idem	—	R. Maria Aparecida, 23 (Casa Verde)	a.10 p. 92

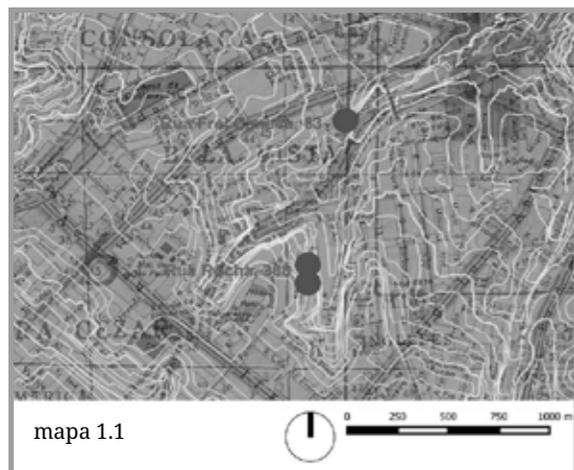
Figura 1. Mapa realizado a partir do georreferenciamento de endereços de residências dos informantes negros entrevistados por Florestan Fernandes, Roger Bastide e equipe para a elaboração da obra Brancos e Negros em São Paulo, publicada em 1955. Fonte: mapa realizado pelo autor, 2015, sobre o mapa base: COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO. Mapa Falk São Paulo (projeção hiperboloide com rede quilométrica), escala 1:40.000, 1951. 1ª edição.

Figura 2. Tabela com as informações dos negros entrevistados por Florestan Fernandes, Roger Bastide e equipe para Brancos e negros em São Paulo (apenas consideradas entrevistas onde constava o endereço do informante). Foi utilizada como guia a listagem dos conteúdos dos arquivos de Florestan Fernandes presente na dissertação de mestrado de Antonia Junqueira Malta Campos, intitulada Interfaces entre Sociologia e Processo Social: a integração do negro na sociedade de classes e a pesquisa UNESCO em São Paulo. Os arquivos foram retirados do Fundo Florestan Fernandes na Biblioteca da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). O material selecionado da fonte primária veio dividido em onze arquivos digitalizados, totalizando 2.114 páginas de manuscritos e textos datilografados. Fonte: tabela elaborada pelo autor, 2015.

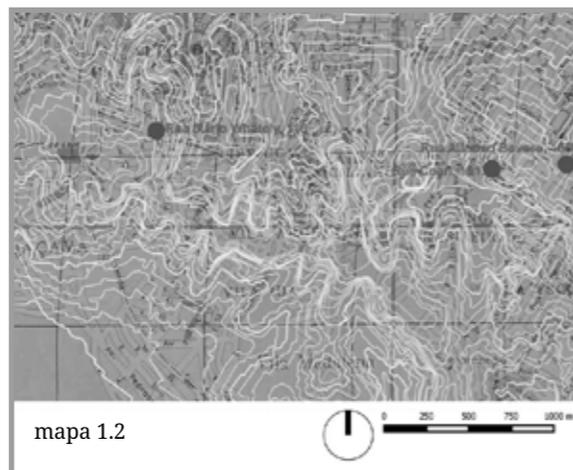


Figura 3. Mapeamento da porcentagem de alunos negros (pardos e pretos) nos grupos escolares em 1938, Fonte: LOWRIE, Samuel Harman. O elemento negro na população de São Paulo. In: Revista do Arquivo Municipal, ano IV, v. XLVIII. São Paulo: Departamento Municipal de Cultura, junho de 1938. p.57.

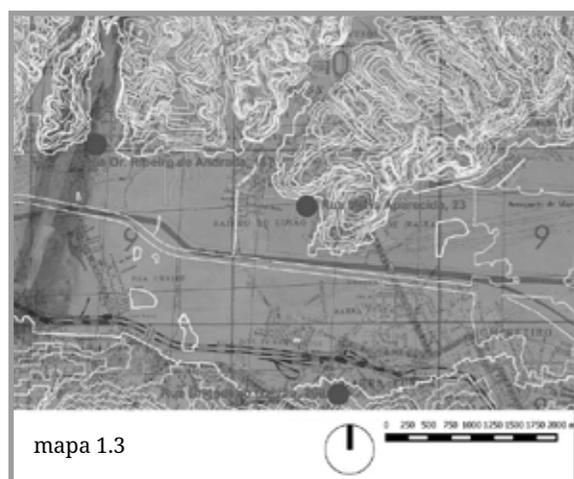
Figura 4. Mapeamento das sedes de escolas de samba, cordões e lugares de sociabilidade de negros em São Paulo, realizado após a consulta ao acervo de Olga von Simson depositado no Museu da Imagem e do Som de São Paulo (MIS-SP) e a partir de endereços mencionados em SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes von. Carnaval em branco e negro: carnaval popular paulistano (1914 - 1988). Campinas: Editora da Unicamp, 2007. Mapa base: COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO. Mapa Falk São Paulo (projeção hiperboloide com rede quilométrica), escala 1:40.000, 1951. 1ª edição. Fonte: mapa elaborado pelo autor, 2015.



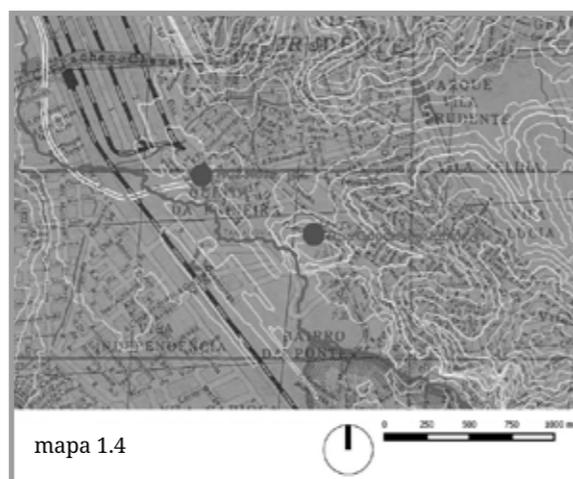
mapa 1.1



mapa 1.2



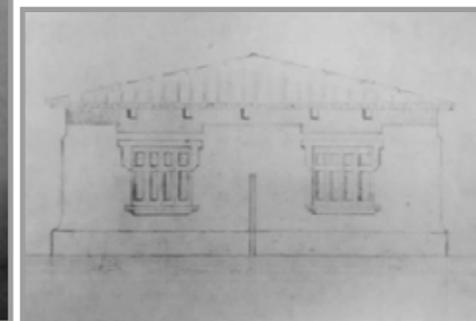
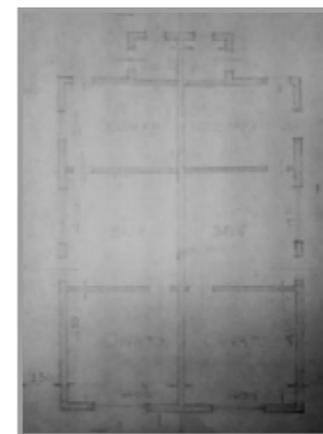
mapa 1.3



mapa 1.4

Figura 5. [mapa 1.1] Detalhe da Figura 1.. Região da Bela Vista. Sobreposição da Figura 1. [mapa 1] com outra carta, também georreferenciada, contendo a informação das curvas de nível do município, elaborado pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) em 2007, e disponibilizado pelo CESAD-FAUUSP. Fonte: mapa elaborado pelo autor, 2015. [mapa 1.2] Detalhe da Figura 1. Região da Rua Cerro Corá. Sobreposição da Figura 1. [mapa 1] com outra carta, também georreferenciada, contendo a informação das curvas de nível do município, elaborado pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) em 2007, e disponibilizado pelo CESAD-FAUUSP. Fonte: mapa elaborado pelo autor, 2015. [mapa 1.3] Detalhe

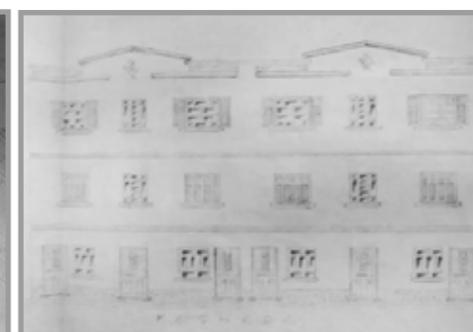
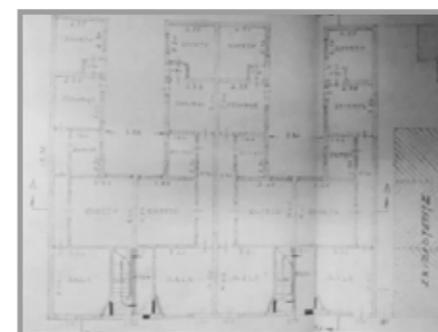
da Figura 1. Região da várzea oeste do Rio Tietê. Sobreposição da Figura 1. [mapa 1] com outra carta, também georreferenciada, contendo a informação das curvas de nível do município, elaborado pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) em 2007, e disponibilizado pelo CESAD-FAUUSP. Fonte: mapa elaborado pelo autor, 2015. [mapa 1.4] Detalhe da Figura 1. Região da Vila Prudente. Sobreposição da Figura 1. [mapa 1] com outra carta, também georreferenciada, contendo a informação das curvas de nível do município, elaborado pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) em 2007, e disponibilizado pelo CESAD-FAUUSP. Fonte: mapa elaborado pelo autor, 2015.



[planta 1; elevação 1]



[planta 2; elevação 2]



[planta 3; elevação 3]

Figura 6. [planta 1; elevação 1] Imagens do imóvel na Rua Braga nº 54, de 1948. Fonte: processo nº 1978 - 0.010.740 - 0, depositado no Arquivo Municipal de Processos, DGPD-2, do Departamento de Gestão de Documentos Públicos - Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão. Imagem digitalizada pelo autor para a pesquisa, 2016. [planta 2; elevação 2] Imagens do imóvel na Rua Cardeal Arcoverde nº 2004, de 1940. fonte: processos nº 2016 - 0.188.386 - 9 e 2016 - 0.188.389 - 3, depositados no Arquivo Municipal de Processos, DGPD-2, do Departamento de Gestão de Documentos Públicos - Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão. Imagem digitalizada pelo autor para a pesquisa, 2016. [planta 3; elevação 3] Imagens dos imóveis na Rua Dr. Cezar nº 808, de 1951. Fonte: processos nº 2016 - 0.188.445 - 8, 2016 - 0.188.473 - 3 e 2016 - 0.188.478 - 4, depositados Arquivo Municipal de Processos, DGPD-2, do Departamento de Gestão de Documentos Públicos - Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão. Imagem digitalizada pelo autor para a pesquisa, 2016.

dência evidenciada pelo mapeamento do acervo de Simson. Reforçando a ideia de um lento e contínuo movimento¹¹ destas populações. Nota-se desde o arco consolidado “tradicional”, até uma concentração ao Norte, Tucuruvi, Casa Verde, Bairro do Limão e Freguesia do Ó, ao Sul, Ipiranga, Vila Mariana e Saúde e no extremo Leste, Vila Carmosina e Lageado. Sendo assim, pela pesquisa de Lowrie (1938) pode-se afirmar que a presença dos negros nas periferias da cidade de São Paulo já se dava durante década de 1930.

Com o intuito de trazer mais clareza para a pesquisa e sustentar as afirmações anteriores, de traçar e qualificar a territorialidade dos negros no espaço urbano na São Paulo dos anos de 1950, foi realizada uma análise detalhada de endereços mapeados. Tal olhar nos permitiu uma descrição da situação do imóvel edificado nos endereços demarcados na figura 1 [mapa 1], dando suporte para uma interpretação urbanística mais completa da territorialidade dos negros na São Paulo dos anos cinquenta, além de poder ser fonte para análises de como viviam esses entrevistados pela equipe de Bastide e Fernandes.

Dos 10 endereços pesquisados nos arquivos municipais, apenas um deles era propriedade de um dos entrevistados, conforme registrado na entrevista com o negro residente na Rua Afonso Celso, nº 1324 (Vila Mariana), Jayme de Aguiar, 52 anos, casado, funcionário público, contador e professor particular¹², apesar deste sobrado ter sido construído em 1936 por outro proprietário. Supõe-se que os demais entrevistados alugavam suas residências, não tinham casa própria¹³. Até a década de 1960, segundo Bonduki (1998), cerca de 60% da população da cidade ainda morava em imóveis alugados. Por mais que a produção da casa própria autoconstruída tenha aumentado consideravelmente se comparada às duas primeiras décadas do século XX após a Lei do Inquilinato, do início dos anos quarenta, podemos observar que no caso da fonte primária desta pesquisa, o modelo hegemônico de moradia ainda é o de aluguel. Ao analisar alguns relatos de entrevistados pela equipe de Bastide e Fernandes, nota-se que o valor do aluguel pago pelos moradores chega a 30% de sua renda mensal¹⁴.

É também importante ressaltar as características desses imóveis e analisá-las em conjunto com a localização destes na cidade. Em dois casos nos deparamos com a mesma tipologia de construção, “casas populares” para aluguel de quatro cômodos: quarto, sala, cozinha e banheiro, totalizando cerca de 50 m², em bairros então afastados do núcleo

urbanizado da cidade (ver imóveis nas ruas Braga nº 54, Jabaquara, figura 6 [planta 1; elevação 1]; e Dr. Cezar, nº 808, Santana, figura 6 [planta 3; elevação 3]). Os locatários de outras residências, sobrados da Vila Mariana, Bela Vista, Lapa, Pompéia, Pinheiros¹⁵, tipologia comum na cidade de São Paulo, podem, em alguns casos, dividir o imóvel com outra família, como no caso desse entrevistado residente na Bela Vista, Rua Rocha nº 388, com 25 anos, casado e funcionário público: “tenho a dizer que o aluguel barato que pago, considerando a casa em que moro, é em virtude da proprietária ser tia de minha esposa [...]”. Seguindo o relato é dito que o casal mora com a tia da esposa¹⁶. No caso de Lázaro Barbosa, pedreiro de 28 anos, solteiro, morador da casa nº 63 na Rua Frei Caneca¹⁷, fica claro que o imóvel é dividido por mais de um núcleo familiar, pois a proprietária não reside no imóvel¹⁸ e o entrevistado é solteiro. O mesmo fato pode ser encontrado no caso do entrevistado da Rua Cardeal Arcoverde nº 2004 (ver figura 6 [planta 2; elevação 2]), pintor, com 20 anos de idade¹⁹. Esse jovem reside em um sobrado²⁰, que por mais modesto que fosse, provavelmente não seria ele o único locatário no endereço.

Ainda analisando os processos consultados nos arquivos municipais, é relevante evidenciar a característica da inserção urbana de um dos endereços dos entrevistados pela equipe de Bastide e Fernandes. Na Rua Mario Whately nº 116, “uma casa para o uso de habitação, com dois pavimentos (área total de 95 m²), na zona suburbana, distrito da Lapa”, foi construída em 1946²¹. O proprietário, italiano, não é um dos negros entrevistados da tabela 1. Entretanto, interessante é o fato do loteamento ser recente (as entrevistas foram feitas em 1951), aberto em 1946, ano da construção do imóvel, com o nome de Bairro Siciliano. Outro caso que reforça o espraimento da cidade com a abertura de novos loteamentos, que se intensifica após os anos de 1930, é a construção de “casas populares” na Rua Braga, nº 54, Vila Fachini (Jabaquara), em 1948. O tempo para as infraestruturas urbanas básicas chegarem a essas novas fronteiras da cidade é grande: somente em 1962 a Light instala rede elétrica na Rua Braga²², reforçando argumentos de Rolnik (1997).

4. Considerações finais

A partir das observações feitas e a partir dos mapas elaborados e utilizados neste trabalho, podemos notar a existência de um movimento no espaço urbano da população negra na cidade de São Paulo.

Seus territórios mudaram ao longo de 40 anos (1920 a 1960) e nos anos de 1950 ainda podemos encontrar tanto territórios negros ditos tradicionais como novos territórios periféricos. Através da contextualização da fonte primária, foi possível observar que já havia grupos negros nas periferias em formação, ao mesmo tempo em que grupos residentes há mais tempo na cidade permaneciam em locais que fazem parte de outras temporalidades e configurações urbanas, de uma São Paulo anterior aos anos de 1920. É com essa imbricação de territorialidades e temporalidades que se configura a forma de ocupação do espaço urbano por negros na década de 1950.

A espacialidade do negro na São Paulo dos anos cinquenta é complexa, apresentando permanências do início do século e ao mesmo tempo características das conformações urbanas posteriores à década de trinta. Com o universo amostral apresentado vemos que estes negros são, em sua maioria, do interior de São Paulo e de outros estados; não vivem em imóveis próprios e chegam a dividir um imóvel com outras famílias, segundo os processos consultados; e em alguns casos estão em espaços geográficos críticos (várzeas, encostas). Podemos somar a essas afirmações, que a movimentação do grupo negro pelo espaço urbano produz diferenças significativas na forma de fazer parte da cidade, comparando os anos 20 com a década de 1950. Cada vez mais passam a não ter como lugar de residência a cidade estruturada, sendo expulsos para as periferias em formação.

Portanto, ao buscar evidenciar a localização e o tipo da moradia dos informantes de Florestan Fernandes e Roger Bastide, podemos, até certo ponto, qualificar as condições do negro no espaço urbano de São Paulo. Contamos com uma base bibliográfica fundamental, focada principalmente no arco temporal que abrange as três primeiras décadas do século passado. Essas pesquisas pioneiras, por exemplo, indicam a presença negra em determinados bairros da cidade, ressaltando os conflitos interraciais na constituição de São Paulo e colocando tal debate no campo dos estudos da urbanização ao demonstrar que esta presença negra variou ao longo do tempo, e que houve uma mudança significativa de sua localização na cidade. A partir daí, buscamos ir além, ao mostrar como variou a presença negra na cidade por meio de exemplos concretos ao longo do período de 1920 a 1950. Assim, por meio de informações extraídas de fontes com localizações precisas, pudemos indicar e qualificar as formas de moradia do negro em São Paulo nos anos 50, e, em que medida, além das

questões tradicionais de luta de classe, a questão racial também é uma categoria central da constituição da cidade, do problema de sua construção, da territorialidade e do processo de urbanização.

Referências bibliográficas

- ANDREWS, George Reid. Negros e Brancos em São Paulo (1888 - 1988). Bauru: EDUSC, 1998.
- BARONE, Ana Claudia Castilho. Carolina Maria de Jesus, uma trajetória urbana. Texto Mimeografado, 2015.
- BASTIDE, Roger. FERNANDES, Florestan. Brancos e Negros em São Paulo. 4ª ed. São Paulo: Global Editora, 2008.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp, 2000.
- CAMPOS, Antonia Junqueira Malta. Interfaces entre sociologia e processo social: a integração do negro na sociedade de classes e a pesquisa UNESCO em São Paulo. 2014. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- CAMPOS, Candido Malta. Os rumos da cidade: urbanismo e modernização em São Paulo. São Paulo: Editora SENAC, 2002.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Uma pesquisa impactante [apresentação]. In: Brancos e Negros em São Paulo. 4ª ed. São Paulo: Global Editora, 2008.
- CASTRO, Ana Claudia Veiga de. Um historiador entre duas cidades: Richard Morse de Nova York a São Paulo. In: La metropolis ibero-americana en sus propios termos: Opciones al crecimiento infinito y a la crisis institucional. Barcelona: RiUrb, junho de 2013.
- DEPARTAMENTO Municipal de Cultura. Ensaio de um método de estudo da distribuição da nacionalidade dos pais dos alunos dos grupos escolares da cidade de São Paulo. In: Revista do Arquivo Municipal, ano III, v. XXV. São Paulo, julho de 1936.
- FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: Globo, 2008. Dois volumes. Obras reunidas de Florestan Fernandes.
- FRANÇA, Danilo Sales do Nascimento. Raça, Classe e Segregação Residencial no Município de São Paulo. 2010. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Racismo e Anti-Racismo no Brasil. São Paulo: Editora 34, 1999.
- HALL, Michael. Imigrantes na cidade de São Paulo.

In: PORTA, Paula (org.). História da cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2004. Volume 3.

JESUS, Carolina Maria de. Quarto de Despejo, diário de uma favelada. 9ª edição. São Paulo: Editora Ática, 2004.

KOWARICK, Lúcio.; BONDUKI, Nabil. Espaço urbano e espaço político: do populismo à redemocratização. In: KOWARICK, Lúcio.; ANT, Clara. (Org.). As lutas sociais e a cidade. São Paulo: passado e presente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, p. 152.

LIRA, José Correia Tavares de. O urbanismo e seu outro: raça, cultura e cidade no Brasil (1920-1945). In: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, nº1. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1999.

LOWRIE, Samuel Harman. O elemento negro na população de São Paulo. In: Revista do Arquivo Municipal, ano IV, v. XLVIII. São Paulo: Departamento Municipal de Cultura, junho de 1938.

MORSE, Richard M. Formação histórica de São Paulo (de comunidade à metrópole). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

_____. The negro in Sao Paulo, Brazil. In: Journal of negro history, Association for the study of african american life and history, Inc., v. 38, n. 3, Jul., 1953, pp. 290-306.

ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e no Rio de Janeiro. In: Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na geografia do Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

_____. A cidade e a Lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. 1ª edição. São Paulo: Studio Nobel e FAPESP, 1997.

SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de. O papel da iniciativa privada na formação da periferia paulistana. In: Espaço e Debates - Cidades brasileiras, século XX, nº 37. São Paulo: Espaço & Debates Revista de Estudos Regionais e Urbanos, ano XIV, 1994.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza (1890 - 1915). São Paulo: Annablume e FAPESP, 1998.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes von. Carnaval em branco e negro: carnaval popular paulistano (1914 - 1988). Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SKIDMORE, Thomas. Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

TRINDADE, Liana Salvia. PORTA, Paula (org.). O negro em São Paulo no período pós-abolicionista. In: História da cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2004. Volume 3.

VILLAÇA, Flávio. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. In: Dossiê São Paulo, hoje. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, v. 25, n. 7, 2011.

_____. A estrutura territorial da metrópole sul-brasileira. Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo, 1978.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Chácaras e casebres: o espaço da viveria negra nos arredores de São Paulo. In: Sonhos africanos, vivências ladinas. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

Mapas base:

COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO. Mapa Falk São Paulo (projeção hiperboloide com rede quilométrica), escala 1:40.000, 1951. 1ª edição.

COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO. Mapa Falk São Paulo (projeção hiperboloide com rede quilométrica), escala 1:40.000, 1952. 3ª edição.

THE SÃO PAULO TRAMWAY LIGHT & POWER CO. LTD. Planta da cidade de São Paulo e municípios circunvizinhos, escala: 1:50.000, janeiro de 1943.

Censos:

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Recenseamento Geral de 1940. Rio de Janeiro, 1950.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Recenseamento Geral de 1950. Rio de Janeiro, 1956.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Recenseamento Geral de 1960. Rio de Janeiro, 1965.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Recenseamento Geral de 1970. Rio de Janeiro, 1973.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Recenseamento Geral de 2010. Rio de Janeiro, 2010.

Notas

1. Aluno de graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) - joao.fiammenghi@usp.br. Foi bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) para a realização da pesquisa de Iniciação Científica intitulada “A dispersão dos negros na cidade de São Paulo na década de 1950”. É vinculado ao laboratório Raça e Espaço Urbano (FAU-USP), coordenado pela Profa. Dra. Ana Cláudia Castilho Barone.

2. Para um panorama histórico das mudanças e confrontos no campo teórico das relações raciais no Brasil, sua com-

plexidade e seus diversos autores, ver: GUIMARÃES (1999).

3. No Arquivo Histórico Municipal Washington Luiz e no Arquivo Municipal de Processos foram consultados 39 processos, referentes a alvarás de construção, reforma e habite-se de 10 dos 31 endereços da tabela 1. É importante ressaltar que estes foram os únicos processos encontrados vinculados aos endereços levantados na pesquisa de Bastide e Fernandes e que se analisou o histórico desses imóveis a partir do recorte temporal da pesquisa dos sociólogos.

4. Para mais informações sobre essa e outras intervenções urbanas no tecido da cidade e os planos feitos para São Paulo na primeira metade do século XX ver: CAMPOS (2002).

5. Das páginas 202 a 208 de “A cidade e a lei”, Rolnik discorre mais detalhadamente sobre esse e outros fatores que influenciaram na construção da periferia de São Paulo, sob os títulos Controlar a fronteira: a questão da zona rural, Gigante periferia e A ponta do Iceberg: a questão dos loteamentos irregulares (p.165-171).

6. Segundo Caldeira, “enquanto em 1920 apenas 19,1% dos domicílios eram propriedade dos moradores, em 1960 essa taxa subiu para 41%, e, em 1991, 63,2% já estavam nessa categoria. Hoje [ano 2000], a proporção de habitações próprias nos bairros periféricos (68,51%) é maior do que a média da cidade (63,57%), confirmando a disseminação da autoconstrução como a principal alternativa habitacional das camadas trabalhadoras” (2000, p.221). Caldeira usa como fonte Bonduki (1982, p.146) e IBGE para 1960 e 1991.

7. Para chegar nessa cifra considerou-se que todas as pessoas não naturais de São Paulo que residem neste estado, separadas por Unidades da Federação de nascimento, somadas, não saíram de São Paulo até 1960. Sendo assim, subtraiu-se do conjunto de migrantes que residiam no estado em questão em 1960 os que residiam em 1950, tentando obter um valor aproximado de quantos novos migrantes teriam chegado no estado de São Paulo de 1951 a 1960. Fonte: Censos de 1950, 1960, 1970 e 2010 realizados pelo IBGE

8. Dados sobre a entrada de migrantes brasileiros no estado de São Paulo (1875 - 1929) teve como fonte o quadro E-11, p.145 de Movimento migratório no estado de São Paulo. Quadros estatísticos básicos. Boletim do Serviço de Imigração e Colonização da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio. São Paulo, outubro de 1940, nº 2. (FERNANDES, 2008, p.124).

9. Para mais detalhes relevantes das impressões do historiador estadunidense sobre a São Paulo da década de 1940 ver: CASTRO (2013).

10. Esta afirmação pode ser fundamentada, de maneira geral, em dois trechos de A integração do negro na sociedade de classes (1964) de Florestan Fernandes. No volume 2 - No limiar de uma nova era, capítulo 2 - Im-

pulsões igualitárias de integração social, parte 1 - Cor e estratificação social, Fernandes expõe dados quantitativos dos censos de 1940, 1950 e 1960 que evidenciam as condições socioeconômicas dos negros em São Paulo. O autor se utiliza principalmente dos dados que relacionam a distribuição da população ativa por cor entre empregados e empregadores cotejados à distribuição racial da população do município. No volume 1 - O legado da “raça branca”, capítulo 2 - Pauperização e anomia social, Fernandes analisa as mudanças demográficas da população negra paulistana na parte 1 - Déficit negro, onde expõe, através de fontes como Samuel Lowrie e Giorgio Mortara (1949), tendências de diminuição desta população até os anos de 1940 e, em seguida, de paulatino aumento. É importante ressaltar essa visão de Florestan Fernandes, a do negro anômico da primeira metade do século XX, na eclosão da ordem social capitalista-competitiva. Nela, o negro seria “incapaz de assimilar os novos padrões de vida, associados às ocupações urbanas mais promissoras e rendosas. A rigor, não ficaram apenas à margem do processo de crescimento econômico, inerente à revolução urbana paulistana. Partilharam de tal modo da rede de ocupações e de oportunidades abertas pelo ‘estilo de vida urbano’ que acabaram eternizando os inevitáveis desajustamentos iniciais, nascidos na crise do antigo regime, e se convertendo rapidamente, em toda a plenitude, numa população em desorganização social crônica.” (FERNANDES, 1964. p.161-162). Tal visão sociológica encontra um contraponto na obra de George Reid Andrews. Em Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988), posterior aos escritos de Fernandes, o historiador estadunidense afirma que “a obra de Fernandes constitui um esforço corajoso e às vezes brilhante para desmascarar a realidade das relações raciais brasileiras, e para refutar a idéia do Brasil como uma terra de igualdade racial. Entretanto, sua dicotomia entre europeus modernos, progressistas, altamente especializados e muito esforçados, e afro-brasileiros alienados, irresponsáveis e sociopatas, encontra pouco, se é que algum, apoio nas evidências disponíveis. Em vez de uma divisão clara entre os dois grupos, vemos uma situação mais ambígua em que as populações negras e imigrantes realmente se pareciam de maneiras incríveis e inesperadas” (ANDREWS, 1998. p.119-120). O autor busca desmontar a tese da anomia, vadiagem e desorganização do negro paulistano das páginas 118 a 147, e conta com o suporte teórico de outros autores que já aviam se contraposto às ideias de Fernandes, como Azevedo, Onda negra, (p.22-24); Chalhoub, Trabalho, lar e botequim (p.52-54); Boris Fausto, Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924) (p.58); Hasenbalg, Discriminação e desigualdades raciais no Brasil (p.72-77).

11. A escolha da palavra “movimento” para essa sequência de mudanças nas territorialidades da população

negra na cidade de São Paulo não é completamente apropriada. A ideia de movimento não carrega em si, a primeira vista, uma conotação conflituosa como foi a “movimentação” dos negros no território urbano paulistano. “Movimento” pode ser erroneamente compreendido como algo de natureza mais espontânea e desprovida de qualquer força. Força esta que podemos emprestar das palavras “expulsão”, ou “marginalização”.

12. fonte: arquivo 5, p.105. Fundo Florestan Fernandes

13. Quando possível verificou-se nas entrevistas informações se os entrevistados pagavam aluguel ou eram proprietários do imóvel em que viviam. Quando esta informação não estava disponível, comparou-se o nome do proprietário do imóvel (processos dos arquivos municipais) no período em que foram efetuadas as entrevistas com o nome dos entrevistados (1951).

14. fonte: arquivo 5, p.149. Fundo Florestan Fernandes.

15. bairros dos endereços encontrados nos arquivos municipais.

16. fonte: arquivo 5, p.150. Fundo Florestan Fernandes.

17. fonte: arquivo 5, p.87. Fundo Florestan Fernandes.

18. fonte: processo nº 2016 - 0.188.399 - 0. Arquivo Municipal de Processos.

19. fonte: arquivo 5, p.87. Fundo Florestan Fernandes.

20. fonte: processos nº 2016 - 0.188.386 - 9 e 2016 - 0.188.389 - 3. Arquivo Municipal de Processos.

21. fonte: processo nº 2016 - 0.188.374 - 5. Arquivo Municipal de Processos.

22. fonte: processo nº 1978 - 0.010.740 - 0. Arquivo Municipal de Processos.